



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026-CPLMO
PROCESSO Nº 2521/2025-SEMTAS
Ampla Participação**

OBJETO: Aquisição de Cestas Básicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, através do TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS conforme Termo de Referência. Data da abertura da Sessão: **29/04/2026 às 09:00min - LOCAL:** LICITANET - Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF)**. Valor Total Estimado **R\$ 126.575,40 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)**. O presente Edital poderá ser examinado e havendo interesse, obtido junto ao Departamento de Compras e Licitações, no prédio da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, sito a Av. XV de novembro, nº 930, Centro, dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00h, pelo endereço eletrônico www.guajaramirim.ro.gov.br. Maiores informações através do fone/fax: (069) 98414-4748

Guajará - Mirim, 13 de abril de 2026.

**Francilene Ribeiro de Lima
Agente de Contratação/Pregoeira-PMGM**



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



**MINUTA EDITAL DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026-CPLMO
PROCESSO Nº 2521/2025 – SEMTAS
Ampla Participação**

O Município de Guajará-Mirim/RO, vem por intermédio do Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio designado pelo Decreto nº **16.787/GAB-PREF/2025**, tornar público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa aberto/fechado**, empregando a PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP, visando atender as necessidades da Administração Pública Municipal, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal 15.543/GAB/PREF/2024, Nº 15.535/GAB/PREF/2024 Nº 15.537/GAB/PREF/2024, Nº 15.546/GAB/PREF/2024; 15.536/GAB/PREF/2024, Nº Nº 15.534/GAB/PREF/2024, Nº 15.542/GAB/PREF/2024 Lei Complementar Nº 123/2006, e suas posteriores alterações, Decreto Municipal Nº 15.198/GAB.PREF/2023; e demais legislação aplicável e ainda, condições estabelecidas neste edital.

1.DO OBJETO

1.1. Aquisição de Cestas Básicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, através do TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS conforme Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Compõem este Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I:** Termo de Referência
- b) ANEXO II:** Especificações Técnicas dos Produtos e Quantitativos (Modelo de Proposta)
- d) ANEXO III:** Declaração Conjunta
- d) ANEXO IV:** Estudo Técnico Preliminar

1.3. LOCAL DE CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

- DATA DA ABERTURA DA SESSÃO DIA: **29/04/2026** as **09h00min**
- Local: No endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

1.4. PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA / DF.

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condição de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases. A partir do horário previsto neste



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



Edital, a sessão pública na Internet será aberta por comando do Agente de Contratação/Pregoeira com a utilização de sua chave de acesso e senha.

2.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) da Chefia de Gabinete, designado **Agente de Contratação/Pregoeira**, com certificação digital.

2.3 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **LICITANET** e as especificações técnicas constantes deste Edital, **prevalecerão** as constantes do Edital.

03 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – Os recursos destinados para pagamentos da Aquisição, objeto desta licitação são provenientes do Convênio abaixo informados celebrado entre Governo do Estado de Rondônia através da PGE-SEAS e a Prefeitura municipal de Guajará-Mirim/RO.

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Trabalho E Assistência Social/Semtas Projeto

Atividade: 2128 Emenda Parlamentar - Termo De Convênio Nº 708/2024/PGE-SEAS- Aquisição De Cestas Básicas

PROJETO ATIVIDADE: PROJETO ATIVIDADE: 2002 GESTÃO ADMINISTRATIVA;

FICHA: 409

VALOR: 100.000,00

FICHA: 410

VALOR: 26.575,40

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.2 - VALOR ESTIMADO: R\$ 126.575,40 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).

“Todas as Pesquisas de Preços, Cotações, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos, gastos estimados nos últimos anos, são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Agente de Contratação/ Pregoeira ou à Comissão de Licitação”.

“A elaboração do Termo de Referência contendo as especificações técnicas dos materiais ou serviços, quantitativos, condições de entrega, recebimento, pagamento e demais cláusulas, assim como os valores obtidos na pesquisa de preços, são de inteira responsabilidade dos respectivos agentes responsáveis, cabendo a estes, responder pela legalidade, impessoalidade e veracidade de seus atos, ou por qualquer irregularidade futura, decorrente da má elaboração do documento, cabendo à este(a) Agente de Contratação/pregoeiro(a), apenas o ato licitatório, nas condições previamente estabelecidas, aprovadas e autorizadas conforme o Termo de Referência”.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Até **03 (três)** dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá **IMPUGNAR** este Edital, em conformidade com Art. 164 da Lei 14.133/2021.



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



4.2. A impugnação ou esclarecimento deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/ no horário das 08h00min às 14h00min. De segunda a sexta-feira, devendo o licitante mencionar o número do pregão, do processo e o ano.

4.3. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, receber, examinar e decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e impugnação ao edital podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos pedidos no **prazo de 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4. A decisão do Agente de Contratação/Pregoeira quanto à petição será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Agente de Contratação/Pregoeira.

4.5. Acolhida à impugnação ou pedido de esclarecimento contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

4.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/ Pregoeira, nos autos do processo de licitação;

4.8. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida neste edital no mesmo período, serão publicadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Agente de Contratação/ Pregoeira.

5 – CREDENCIAMENTO

5.1 – Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema eletrônico utilizado pelo município, através do site <https://licitanet.com.br/>, sendo considerado para todos os efeitos o horário de Brasília – DF. O Edital encontra-se a disposição no site www.licitanet.com.br , no Portal Transparência do Município, www.guajaramirim.ro.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;

5.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e 'intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

5.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



5.4 – O licitante que deixar de assinalar o campo próprio da plataforma eletrônica da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006 e alterações, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

5.5 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 – Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site www.licitanet.com.br.

6.2 - A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

6.3 – Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **Anexo I – Termo de Referência**.

6.4 – Como requisito para participação no **Pregão Eletrônico** o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, ressalvados os casos concernentes à sua regularidade fiscal, na forma prevista pelos arts. 42 e 43, § 1º da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, bem como a descrição técnica constante no Anexo I - Termo de Referência.

6.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e nas demais cominações legais.

6.6 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

6.7 - A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Guajará – Mirim/RO.



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



6.8 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

6.9 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o Município de Guajará-Mirim, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

6.10 – As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

6.11 – O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Guajará-Mirim/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

6.12 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

6.13 - Não poderão participar desta Licitação, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

6.13.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

6.13.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.13.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.13.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.13.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.13.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.13.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.13.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.13.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

6.13.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.13.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.14 - O impedimento de que trata o item **6.13.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.15 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.16 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.17. A vedação de que trata o item **6.14.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – Na presente Licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de proposta e lances de julgamento.

7.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se automaticamente a etapa de recebimento de proposta;

7.3 – Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.4 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



7.4.1 – Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.4.2 – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.4.3 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.4.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.1 - Nos ITENS/LOTES exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele LOTE;

7.6.2 - Nos ITENS/LOTES em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.7 - A falsidade da declaração de que trata os itens **7.4** ou **7.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.;

7.8 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



e da fase de envio de lances.

7.10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 7.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.16 – As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, **esta será DESCLASSIFICADA** pelo Agente de Contratação;

7.17 – O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



7.18 – Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

7.19 – O envio da **proposta**, acompanhada dos **documentos de habilitação** exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

7.20 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123 de 2006;

7.21 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

7.22 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como deve acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.23 - Os arquivos deverão estar preferencialmente, no formato PDF, seguindo a ordem de sequência, conforme o item 13 do edital.

8 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 – Valor unitário e total do item (ou lote, quando for o caso);

8.1.2 - Marca/Modelo/Fabricante (quando couber);

OBS: Para melhor análise da Proposta Final, em alguns casos, poderá ser solicitado que o licitante vencedor encaminhe a proposta acompanhada de folders/prospecto/catálogo, ou outros meios que contenham as especificações do objeto ofertado.

8.1.3 – Tratando – se de serviços, poderá o licitante inserir a palavra SERVIÇOS no campo marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação à falta dela;



8.1.4 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, a marca/modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

8.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

8.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

8.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;

8.6 – O preço ofertado na proposta será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas em Leis e suas alterações.

8.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

8.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 – No horário estabelecido neste Edital, o Agente de Contratação/Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital;

9.2 - O Agente de contratação/Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), **DECLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

9.3 – Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então a **DECLASSIFICARÁ**;



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



9.4 – O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

9.5 - As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo agente de contratação/pregoeiro;

9.6 – Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/> conforme Edital;

9.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

9.8 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

9.9 - Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS **com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **Termo de Referência**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS** automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

9.10 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.11 – Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.12 – Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o Agente de Contratação/pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.13 – A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

9.14 – No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

9.15 – O Agente de Contratação/ Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

9.16 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação / Pregoeira persistir por tempo superior **a dez minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente **após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



9.17 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

9.18 – A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

9.19 – Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

9.19.1 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 15.198, de 2023.

9.19.2 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.3 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

9.19.4 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

9.19.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.19.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.20 - O disposto no **item 9.19** somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



9.21 – Havendo eventual empate entre propostas ou lance, o critério de desempate será a aquele previsto no **Art. 60 da lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021** nesta ordem:

9.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.21.2.2. Empresas brasileiras;

9.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.22 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/ pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.23 - O Agente de Contratação/Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.24 - É facultado ao Agente de Contratação/pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.25 - Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



10 – DO MODO DE DISPUTA

10.1 - No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO E FECHADO**, nos termos do Decreto Federal de nº 10.024/2019.

10.2 - Modo de Disputa Aberto e Fechado (Inciso II, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

11 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no **Capítulo X do Decreto 10.024/2019**;

11.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

11.2.1. O lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível ou permanecerem acima do orçamento estimado para contratação;

11.2.2. Contiverem vícios insanáveis;

11.2.3. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e Termo de Referência;

11.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



11.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital desde que insanável.

11.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

11.7 – Havendo necessidade, Agente de Contratação/Pregoeira poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

11.8 - O Agente de Contratação/Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

11.9 - Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

11.10 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.11 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

11.12 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1 - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Guajará-Mirim/RO;

12.1.2 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**;

12.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e Cadastro Nacional de empresas Punidas (**CNEP**), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

12.1.4 - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual nº 2.414 de 18 de fevereiro de 2011.

12.1.5 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (**CNIA**), do Conselho Nacional de Justiça – **CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;

12.1.6 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

12.1.7 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

12.1.8 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

12.1.9 - Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

12.1.10 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

12.1.11 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação;

12.1.12 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

12.1.13 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;



12.1.14 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.1.15 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

12.2 – Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos de habilitação:

12.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial**, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil**, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.
- e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br , ou;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- g) Documentos de identificação contendo RG e CPF** do(s) sócio(s) ou sócio administrador.
- h) Instrumento de procuração**, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

12.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- b)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** - O documento deverá ser expedido no **máximo 90 (Noventa) dias** antes da data do recebimento dos envelopes;
- c)** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d)** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e)** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- g)** Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

12.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.2.3.1 – Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da pessoa jurídica com data de expediação limitada a **90 (noventa) dias**.

12.2.3.2 - Balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.2.3.3 – No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional. Tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração



estabelecidos em lei, devidamente **autenticado ou registrado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

12.2.3.4 – Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

12.2.3.5 – As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, devidamente **autenticado ou registrado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

12.2.3.6 - O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o **Microempreendedor Individual** (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor.

12.2.3.7 - As sociedades constituídas, há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura, **devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente**.

12.2.3.8 - Os documentos referidos item 12.2.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.2.3.9 – As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

- a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
- b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

12.2.3.10. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

12.2.3.11 – Somente serão habilitados os licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo do índice de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com o resultado igual ou superior a ($= > 1$)**, calculados de acordo com a aplicação das fórmulas.

12.2.3.12 – A Empresa Licitante que apresentar resultados menor a 1 (um), em qualquer dos índices constantes do **subitem 12.2.3.6** deste Edital, deverá comprovar capital social registrado ou patrimônio líquido **mínimo de 5% (cinco por cento)** do montante da contratação.

12.2.3.13 - As empresas de que trata o subitem **12.2.3.7 (balanço de abertura)** ficam dispensadas de apresentar o subitem **12.2.3.10 (Demonstrações Contábeis)**, devendo apenas comprovar capital social registrado de no **mínimo 5% (cinco por cento)** do objeto a ser contratado.

12.2.3.14 – Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.2.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.2.4.1 - Atestados de Capacidade Técnica, exclusivamente em nome da empresa **licitante**, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de produtos compatíveis com o objeto da presente licitação, sendo que, os atestados emitidos por **pessoa jurídica de direito privado** deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com a identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte da **CPLMO/GM**;

12.2.4.2. Licença de funcionamento do ano em exercício, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual/Municipal competente.

12.2.4.3 – Declaração Conjunta Unificada (Podendo ser substituída pela Declaração emitida pelo Sistema Licitanet). Modelo Anexo III.

12.3 - Os documentos descritos **itens 12.2.1 e 12.2.2**, podem ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral (C.R.C.) emitido pelo Município de Guajará-Mirim/RO em vigor e/ou Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**;

12.4 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;



12.5 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

12.6 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

12.7 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

12.8 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

12.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação/Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

12.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

12.11 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

12.12 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

12.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

12.14 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão **não superior a 90 (noventa) dias** consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

12.15 DAS DILIGÊNCIAS E INCLUSÃO DE DOCUMENTOS



12.15.1 – Após a entrega dos Documentos de Habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, somente para:

12.15.1.1 – Esclarecer ou complementar a instrução processual;

12.15.1.1 – Solicitar documentos que comprovem fatos preexistentes à apresentação das propostas;

12.15.1.2 – Corrigir falhas formais.

Base legal e jurisprudencial:

Acórdão nº 2.049/2023 do TCU “É admissível a apresentação de documentos em sede de diligência quando estes visam comprovar fatos preexistentes à data de apresentação das propostas, desde que sua não apresentação decorra de erro formal e não implique em prejuízo à isonomia entre os licitantes.”

Acórdão nº 1211/2021 do TCU estabelece que a Administração Pública deve permitir a juntada posterior de documentos que comprovem condições existentes antes da licitação, desde que isso não prejudique a isonomia entre os licitantes e atenda ao interesse público.

Acórdão nº 602/2025 do TCU aborda a possibilidade de juntada de documentos durante as fases de habilitação ou classificação em processos licitatórios. Especificamente, o TCU considera lícita a admissão de documentos apresentados em atendimento a diligências, desde que tais documentos comprovem condições existentes antes da abertura da sessão pública do certame. Essa prática não configura violação aos princípios da isonomia e da igualdade entre os licitantes.

12.16 - Em respeito aos princípios da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório, após a DILIGÊNCIA as Licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão INABILITADAS.

13 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada **no prazo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

13.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;



13.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com valores unitário e totais, com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência;

13.1.6 Ocorrendo divergência entre os preços **unitários e o preço global**, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

13.1.7 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

13.1.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

14 - DOS RECURSOS:

14.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto **no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021**.

14.2 - O prazo recursal é **de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2 - O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

14.3.3 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



14.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

15.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

15.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

15.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”)

16 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 - Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Agente de Contratação/Pregoeira declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para ADJUDICAÇÃO pela autoridade competente, em conformidade com o artigo 71 da Lei 14.133/2021.

16.2 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Agente de Contratação/Pregoeira e efetuada pela Autoridade Competente.

16.3 - A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada depois da adjudicação.

16.4 - Quando houver recurso e o Agente de Contratação/Pregoeira mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Agente de Contratação/Pregoeira.

16.5 – Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio do Município os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos. (§ 3º, artigo 54 da Lei Federal 14.133/2021).

17. PRAZO DE VIGÊNCIA DO FUTURO CONTRATO



17.1. O pretenso contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 84, § único e Art. 107, da Lei 14.133/2021;

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1 - A contratação da Adjudicatária será instrumentalizada por intermédio da Nota de Empenho.

18.2 - Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato.

18.3 - A obrigação decorrente da entrega do objeto desta licitação será firmada entre a Administração e o Fornecedor, por meio de empenho, observando as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

18.4 - Poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não retirar a nota de empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, receber a ordem de fornecimento/empenho, sem prejuízos das multas previstas neste edital e demais cominações legais.

18.5 - A contratação resultante do objeto deste Edital, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

19. DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA E RECEBIMENTO

19.1 O prazo para realização de entrega dos produtos pela Empresa, não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da nota de empenho juntamente com a ordem de fornecimento e/ou requisição emitida e assinada pelo responsável da Secretaria requisitante;

19.2 Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Municipal Central, situada a Avenida 15 de Novembro nº 730, Bairro 10 de abril, Guajará- Mirim RO – CEP: 76.850-000, no horário das 08:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta feira, onde será recebido por uma Comissão de Recebimento designada para este fim, para acompanhamento, fiscalização, conferência e recebimento dos referidos material.

19.3 Os produtos deverão obedecer às especificações de acordo com as Resoluções vigentes do País.

19.4 - Os produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Termo de referência – ANEXO I do Edital, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

19.5- É de inteira responsabilidade do almoxarifado, os procedimentos de recebimento dos materiais, por Comissão de Recebimento designada para este fim, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

19.6. Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.



19.7 Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

19.8 - Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

19.9 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

19.10 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.11 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus anexos.

19.12 - O não atendimento dos prazos fixados no **item 19**, poderão implicar na aplicação das sanções definidas na Lei nº 14.133/2021, podendo culminar na rescisão do instrumento que materializa a contratação e aplicação das demais sanções previstas em Lei;

19.13 - A garantia prevista para o objeto se estende no que diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem como todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante.

19.14 - Somente serão aceitos os alimentos que, por ocasião da entrega, apresentar (em), no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente para alimentos em que o prazo total for superior a 01 (um) ano e de 90% (noventa por cento) nos alimentos em que o prazo de validade total for inferior a 01(um) ano.

19.15 - **É demais cláusulas constantes no Termo de Referência.**

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 15.546, de 2024, e seguirá a ordem cronológica.

20.1.1 - Para execução do pagamento de que trata o **item 20.1**, a fornecedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO, CNPJ n.º 05.893.631/0001-09, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

20.1.2 - Caso a fornecedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar,



juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

20.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao (s) licitante (s) vencedor (ES), pelo responsável da área Técnica e o pagamento ficará pendente até que o licitante providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Guajará-Mirim/RO.

20.3. O Município de Guajará-Mirim/RO não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos em decorrência de conduta exclusiva da contratada;

20.4. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá manter as certidões atualizadas e apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de Regularidade Fiscal e Trabalhista.

20.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor da (s) empresa (s) vencedora (s). Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

20.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

20.7 – E demais cláusulas constantes no Termo de Referência.

21 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 – Executar o objeto licitado, de acordo com o especificado no Termo Referência ANEXO I deste Edital e em consonância com a proposta de preços;

21.2. A entrega não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da nota de empenho juntamente com a ordem de fornecimento e/ou requisição emitida e assinada pelo responsável da Secretaria requisitante;

21.3 – A futura contratada se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente, à Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato.

21.4 – A futura contratada deverá assumir a responsabilidade pelos **encargos fiscais e comerciais** resultantes da entrega dos materiais solicitados;

21.5 - Atender prontamente as solicitações da contratante acerca do fornecimento, e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

21.6 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

21.7 - Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



21.8 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento;

21.9 - Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

21.10 - Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

21.11 – A contratada deverá fornecer o objeto licitado, no prazo e forma, estipulados na proposta e disponibilizar produtos de boa qualidade, entendida de acordo com as especificações contidas no Anexo I deste Edital.

21.12 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

21.13 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento do produto, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

21.14 - Manter, durante toda a execução do fornecimento do produto, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração;

21.15 – **E demais cláusulas constantes no Termo de Referência.**

22 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

22.2. Efetuar o pagamento à Contratada (s) de acordo com as condições estabelecidos neste Edital e Ata de registro de preço podendo ser em até **30 (trinta)** dias após apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada;

22.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital e Termo de Referência.

22.4. Permitir o acesso dos empregados do licitante vencedor as suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações.

22.5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela futura contratada.

22.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do licitante vencedor, por intermédio de servidor (es) devidamente designado, devendo rejeitar, no todo ou em parte, os produtos apresentados em desacordo com o Edital, Termo de Referência e/ou Contrato/e ou ordem de fornecimento, não eximindo o licitante vencedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento de suas obrigações.



22.7. Atestar e efetuar o pagamento das Notas Fiscais correspondentes ao objeto desta contratação, conforme estabelecido no Edital e Termo de Referência.

22.8. Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do produto.

22.9. Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

22.10 – E demais cláusulas constantes no Termo de Referência.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

- 1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 (seis) dias;
- 2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

23.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



23.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

23.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1- Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata da Sessão no sistema eletrônico;

24.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;

24.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante **a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF**;

24.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

24.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

24.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

24.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim/RO;

24.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

24.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

24.10 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <https://www.guajaramirim.ro.gov.br> , www.licitanet.com.br e <https://pncp.gov.br/app/editais> e também poderão ser lidos ou obtidas cópias no setor da DCL, situado na Avenida XV de Novembro nº. 930 – Centro, Guajará-Mirim/RO, CEP:76.860-000, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 14h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

24.11 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

24.12 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



24.13 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados, para orientar sua decisão;

24.14 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

24.15 - O Agente de Contratação/Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo;

24.16 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

29.17 - As decisões do Agente de Contratação/Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <https://www.guajaramirim.ro.gov.br>;

29.18 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

29.19 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Guajará-Mirim/RO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

29.20 - O Município de Guajará-Mirim/RO poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

30. DO FORO

30.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Guajará-Mirim/RO, para dirimir as possíveis e quaisquer dúvidas referentes à licitação, contrato e procedimentos dela resultantes, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Guajará-Mirim/RO, 13 de abril de 2026.

Elizângela Serafim de Lima
Equipe de Apoio

Aprovado por:

Roger Ghalwan Tavares De Souza
Diretor Geral de Licitação
Decreto nº 17.121/GAB-PREF/25



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo Administrativo nº 2521/2025.

1.2. Termo de referência elaborado através das informações do Estudo técnico Preliminar consolidado e Documento de Formalização de Demanda.

1.3. Do órgão participante

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social-SEMTAS.

1.4. Responsável pela Demanda: Laís Selvita Barros Pinheiro de Oliveira

Cargo: Secretária Municipal.

2. INTRODUÇÃO:

2.1. Em atendimento ao Artigo 6º, inciso XXIII da Lei de Licitações e Contratos 14.133/21, o presente Termo de Referência tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS - TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, que desempenha um papel crucial no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social, do município de Guajará-mirim, neste ato objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1. AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, para atender a atender à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/SEMTAS, por meio de seus equipamentos socioassistenciais da proteção social básica e especial, no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social. O projeto será executado pela proteção sociais básica e especial, por meio do CRAS e CREAS do município, em atendimento às famílias atendidas por esta SECRETARIA.

3.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

Item	Descrição	Unid	Quant	V. Unit	V. Total
1	CESTA BÁSICA, contendo os seguintes itens em cada cesta: -02 pct de Arroz branco agulhinha tipo 1 de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura. Pacote de 5Kg. -03 pct de Feijão carioca de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagem de 1kg; -03 pct de Açúcar Cristalizado, sacarose de cana- de açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNPA, pacote de 2 kg; -03 frascos de Óleo de soja vegetal, comestível de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 900 ml; - 03 pct de Macarrão espaguete de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 500g; - 01 kg de Farinha de macaxeira seca ou fina (farinha de mandioca fina) de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 1Kg; -02 pct de Leite em pó integral de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens Aluminizada,	Unid	420	R\$ 301,37	R\$ 126.575,40



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



<p>pacote de 400g;</p> <p>-02 kg de Farinha de trigo de 1º qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura embalagem de 1Kg; - 02 pct de Farinha de milho (flocos) de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 500GR;</p> <p>- 02 pct de Café em pó embalado a vácuo puro selo de pureza abic de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 250 g</p> <p>-01 kg de Sal refinado/iodado para consumo, pct de 1 kg;</p> <p>-01 pct de Biscoito água e sal (bolacha de água e sal) 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagem 400g;</p> <p>- 01 pct de Biscoito de maisena com (03 pacotes embalados individualmente.) 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 350 g;</p> <p>-02 latas de Seleta de Legumes em Conserva 170g, (ervilha, batata, cenoura, água e sal), ervilha reidratada, batata, cenoura, salmoura (água e sal) e estabilizante cloreto de cálcio, não contém glúten, pode conter soja, sem glúten.</p> <p>-02 latas de Sardinha em Óleo 125g com proteínas, ômega-3 e vitaminas essenciais, embalagem de 125g, fácil de armazenar</p> <p>- 01 pct Castanha do Pará 100g –1 pacote, castanha do Pará ricas em proteínas, fibras, selênio, magnésio, fósforo, zinco e vitaminas do complexo B e E.</p> <p>-01 frasco de Álcool em gel etílico, 70% p/p (70º inpm), frasco com 500ml, antisséptico, bactericida (>99%) contendo hidratante, espessante e pH neutro, com tampa em rosca e bico dosador. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade e registro do MS/ANVISA</p> <p>-01 pct de Sabão em pó multiação de 500gr: composição, tensoativo aniônico, tensoativo catiônico, coadjuvante, sinergista, tamponantes, branqueador óptico, corantes enzimas, alvejante, carga atenuador de espuma, essência e água;</p> <p>-01 pct de Papel higiênico branco, folhas simples picotada, de alta qualidade, com a marca do fabricante, indicação de não reciclado, cor e lote do produto. Pacote com 04 unidades de 30m;</p> <p>-01 pct de Sabão em barra: comum, 200 gramas, testado dermatologicamente, essências diversas, para lavagem de roupa e utensílios domésticos. Pacote com 05 unidades.</p>				
Valor total estimado R\$ 126.575,40				

3.3 CLASSIFICAÇÃO DOS OBJETOS

3.3.1. Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico preliminar, essa compra visa assegurar a continuidade e o funcionamento das atividades essenciais, sendo um item de fundamental importância para a administração pública. (Art. 20 da Lei 14.133/2021).

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente aquisição tem como objetivo garantir o que determina a Lei nº14.133/2021, destinando-se a atender as necessidades e demandas visto: que tal solicitação é de suma importância, para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/SEMTAS, mostra grande interesse e solicitar a abertura de PREGÃO ELETRÔNICO, para a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS - TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS, logo estas



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



aquisições será disponibilizada as famílias de baixa renda e em vulnerabilidade social pode envolver uma rede de interesse recíprocos entre municípios e estados que é de fundamental para maximizar o impacto positivo dessas ações. A aquisição e distribuição de cestas básicas envolve um ciclo de benefícios mútuos que podem fortalecer a estrutura social, econômica e moral da sociedade. A proposta tem como missão promover e articular ações de defesa e de direitos, prevenções orientações , prestação de serviço e apoio às famílias, através da melhoria de vida da população que se encontram em vulnerabilidade social .O município de Guajará-Mirim , em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência/SEAS, buscam interesses em comuns, através do referido projeto de AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS, tendo como suas prioridades e diretrizes a missão: de diminuir as dificuldades de alimentação das famílias em vulnerabilidade social alimentar. Proporcionando as aludidas famílias um meio de alimentação para seu sustento, contribuir para a inclusão social dessas famílias: melhorar a autoestima das famílias e, assim fomentar a sua participação em atividades produtivas que possam contribuir para a melhoria de sua renda familiar; contribuir com as famílias para melhorar ainda mais as tarefas diárias que as realizam com resultados mais efetivos e eficazes.

4.2. O projeto pretende adquirir 420 (quatrocentos e vinte) CESTAS BÁSICAS, conforme 1º ADITIVO TERMO CONVÊNIO TERMO AO DE Nº708/2024/PGE-SEAS, para o atendimento de 420 famílias, (01 cesta básica por família) em situações de vulnerabilidade social e em insegurança alimentar do município de Guajará- Mirim/RO cadastradas nos programas sociais do Município. O município de Guajará-Mirim, compreendidas nas zonas urbana e rural, assim como, as localidades ribeirinhas e indígenas, e que estão inseridos e inscritos nos programas e projetos sociais. A distribuição das cestas básicas contribuirá em muito para diminuir a insegurança alimentar que é de um grande problema das famílias mais pobres, haja vista, que a alimentação insuficiente produz uma deficiência nutricional ou falta de vitaminas necessárias para o desenvolvimento saudável do corpo e da mente. Entre as causas que causam a insegurança alimentar a inflação está ligada ao alto preço dos alimentos e o grande índice de desemprego. O município de Guajará Mirim tendo como prioridade a política pública de combate à insegurança alimentar, e que, a curto prazo são indispensáveis as transferências de renda e a distribuição emergencial de alimentos. O município busca através de parceria com o Estado para que possa conseguir recursos através de emendas parlamentares para que seja adquirida as cestas básicas e atender o máximo de famílias possíveis no município.

4.3. O projeto será executado pela SEMTAS, através das PROTEÇÕES SOCIAIS BÁSICA E ESPECIAL, por meio do CRAS e CREAS do município, em atendimento às famílias atendidas. Os resultados esperados a partir da realização deste projeto é o bem-estar, a minimização do risco de insegurança alimentar das famílias em estado de vulnerabilidade e o crescimento econômico das famílias atendidas, que tem como missão primordial promover a dignidade e o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, as CESTAS BÁSICAS tornam-se uma medida indispensável, para garantir o suporte necessário às diversas atividades e programas sociais sob nossa jurisdição. A AQUISIÇÃO é fundamental, para atender às necessidades imediatas das famílias assistidas, contribuindo também para a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situações de risco, que irão atender essas famílias de acordo com os critérios:

- Avaliação através do CADÚNICO;
- Visita do técnico de referência in loco para conhecimento da realidade das famílias a serem beneficiadas;
- Realização de visitas domiciliares durante a execução do projeto;
- Entrega de uma cesta básica para cada uma das famílias participantes do projeto; A aquisição de cestas básicas pela (SEMTAS) traz uma série de benefícios significativos, que podem ser destacados da seguinte forma:



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



1. Segurança Alimentar e Nutricional: As cestas básicas garantem que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a alimentos essenciais, promovendo a segurança alimentar e ajudando a prevenir a desnutrição.
 2. Alívio Imediato: A distribuição das cestas proporciona alívio imediato às famílias em momentos de crise, permitindo que elas enfrentem situações emergenciais com menos sofrimento e preocupação com a alimentação.
 3. Promoção da Dignidade: Ao fornecer cestas básicas, a SEMTAS reafirma seu compromisso com a dignidade das pessoas assistidas, garantindo que tenham acesso a recursos básicos e respeitando seu direito à alimentação adequada.
 4. Apoio à Saúde: Acesso a uma alimentação balanceada contribui para a saúde física e mental das famílias, reduzindo riscos de doenças relacionadas à má nutrição e melhorando a qualidade de vida.
 5. Estímulo à Inclusão Social: Ações de assistência alimentar promovem a inclusão social ao fornecer suporte a populações vulneráveis, ajudando a combater a exclusão e marginalização.
 6. Fortalecimento da Rede de Proteção: A aquisição de cestas básicas fortalece a rede de proteção social, colaborando com outros programas e entidades que atuam na assistência e no combate à pobreza.
 7. Facilitação do Acompanhamento Assistencial: Com a disponibilização de cestas, a SEMTAS pode realizar um acompanhamento mais eficaz das famílias, identificando suas necessidades específicas e promovendo intervenções adequadas.
 8. Fomento à Autonomia: Ao reduzir a pressão financeira sobre as famílias, a entrega de cestas básicas pode permitir que elas busquem alternativas para melhorar sua situação, como cursos de capacitação e emprego.
 9. Resiliência Comunitária: A ação fortalece a resiliência das comunidades ao promover um ambiente de solidariedade e cooperação entre os moradores, contribuindo para o fortalecimento do tecido social.
- 4.4. AS CESTAS BÁSICAS** é, portanto, uma ação estratégica para a continuidade dos serviços prestados pela SEMTAS, permitindo que nossa equipe atue de maneira eficaz e sem interrupções. Com os recursos necessários em mãos, seremos capazes de responder prontamente às demandas das famílias carentes, assegurando que cada atendimento seja realizado de forma rápida e digna, com objetivo de Reduzir a Fome e a Insegurança Alimentar: Assegurar que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a alimentos suficientes e de qualidade para atender às suas necessidades nutricionais básicas. Promovendo a Dignidade e o Bem-estar das Famílias, proporcionar apoio emergencial para aliviar o estresse financeiro e melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, garantindo que elas possam viver com dignidade. Apoiar a Saúde e Nutrição: Fornecer alimentos nutritivos que contribuam para a saúde geral das famílias, ajudando a prevenir doenças relacionadas à má nutrição e promovendo o desenvolvimento saudável das crianças. Fortalecer a Coesão Social e a Solidariedade: Promover a solidariedade e o apoio comunitário, incentivando a participação de diferentes setores da sociedade na luta contra a pobreza e a exclusão social. Complementar Políticas Públicas de Assistência Social: Apoiar e complementar as políticas públicas de assistência social, trabalhando em conjunto com governos e outras organizações para atingir um maior número de beneficiários de forma mais eficiente. Estabelecer Parcerias Sustentáveis: Criar e fortalecer parcerias entre empresas, ONGs, governos e comunidades locais para garantir a continuidade e a eficácia das iniciativas de distribuição de cestas básicas.
- 4.5.** Esses benefícios tornam a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS uma estratégia essencial para o cumprimento da missão desta Secretária e para o efetivo apoio às famílias que mais necessitam de assistência social.
- 4.6.** Vale ressaltar que estes alimentos fazem parte da alimentação Nutricional, como também está fundamentada nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 11.936, de 5 de março de 2024,



especialmente no ART. 4º, que define a composição da CESTA BÁSICA com alimentos in natura ou minimamente processados e ingredientes culinários, que contemplará os seguintes grupos:

I- Feijões (leguminosas);

II Cereais;

III- Raízes e tubérculos;

IV- Legumes e tubérculos;

V- Frutas;

VI- Castanha e nozes (oleaginosas);

VII- Carnes e ovos;

VIII- Leites e queijos;

IX- Açúcares, sal, óleo e gorduras;

X- Café, chá mate e especiarias;

4.7. Itens e Suas Classificações:

1 Biscoito de Maisena Grupo: Cereais Justificativa: Para prevenir a insegurança alimentar das famílias em situações de vulnerabilidades atendidas pela Secretaria.

2 Seleta de Legumes em Conserva (170g); Grupo: Legumes e verduras Justificativa: A seleta de legumes oferece uma variedade de vegetais, contribuindo para a ingestão de fibras, vitaminas e minerais essenciais, facilitando o acesso a esses alimentos em sua forma prática.

3 Sardinha em Óleo (125g) Grupo: Carnes e ovos Justificativa: Fonte de proteína e ácidos graxos essenciais, a sardinha enriquece a alimentação, sendo uma opção de baixo custo e alta qualidade nutricional.

4 Castanha do Pará (100g). Grupo: Castanha e nozes (oleaginosas) Justificativa: As castanhas são ricas em gorduras saudáveis, proteínas e micronutrientes, contribuindo para uma dieta equilibrada e saudável. A AQUISIÇÃO desses itens não só respeita as diretrizes do Decreto nº 11.936, mas também assegura que a CESTA BÁSICA atenda de forma mais abrangente às necessidades nutricionais da população. Essa diversidade é crucial para promover uma alimentação equilibrada e acessível a todos.

5. DA METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. À inserção do objeto desta CONTRATAÇÃO no PAC/2026, já foi realizada, em conformidade com as normas administrativas vigentes. Ademais, informa-se que as referidas informações serão oportunamente encaminhadas à comissão competente e ao setor responsável, para a adoção das providências administrativas cabíveis. O presente alinhamento evidencia a compatibilidade da contratação com o planejamento institucional, assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência e planejamento, conforme preconizado pelas normas aplicáveis à Administração Pública.

5.2. A referida quantidade foi estimada com base do cálculo de acordo com as necessidades do público alvo atendido por esta SECRETARIA e seus programas sociais a previsão de consumo é para o ano vigente, conforme estimativa e justificativa descrita nos autos do processo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 A descrição da solução como um todo encontra-se descrita em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar item 8, anexo do Edital deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A devida aquisição se enquadra na classificação de aquisição comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021 art. 20, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usadas no mercado.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



- 7.2. O Licitante deve proporcionar a entrega das devidas aquisições, para atender necessidades das unidades administrativas que compõem essa Prefeitura do Município de Guajará-Mirim PMGM conforme condições, qualidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento;
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17^a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos produtos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.5. Manter, durante toda a execução do registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.6. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para entrega dos produtos/materiais;
- 7.7. Os referidos materiais deverão ser entregues conforme Ordem de Fornecimentos e requisições, na qual serão entregues nas Unidades requisitantes, a nota será paga após o consumo total das requisições.
- 7.8. **Local/Horários:** Os bens deverão ser entregues no **Avenida 15 de Novembro nº 3.332, Bairro 10 de abril, Guajará- Mirim RO – CEP: 76.850-000**, onde será recebido por um servidor ou uma comissão de recebimento designada para este fim, para acompanhamento, fiscalização, conferência e recebimento dos referidos materiais.
- 7.9. Os referidos materiais deverão ser entregues conforme Ordem de Fornecimentos e requisições, na qual serão entregues nas Unidades requisitantes, a nota será paga após o consumo total das requisições.
- 7.10. A entrega adquirida será de acordo com a solicitação desta SECRETARIA, em requisição própria e deverá ser entregue conforme o indicando: unidade, quantidade e datas devidamente assinadas pela Senhora Secretaria Municipal ou servidor indicado pela mesma.
- 7.11. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste Estudo, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontrato;
- 7.12. Fornecer os materiais descritos nos respectivos grupos, com rapidez e eficiência;
- 7.13. Cumprir o objeto da licitação estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- 7.14. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas;
- 7.15. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.
- 7.16. O fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, consoante as condições constantes no termo, obedecer às normas e padrões estabelecidos pela ABNT, e quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras e demais normas e legislação pertinente e em vigência;
- 7.17. A entrega será de acordo com a quantidade solicitada através da nota de empenho e requisição, conforme necessidades.
- 7.18. Atender a todas as medidas de segurança necessárias ao transporte e manuseio dos produtos;
- 7.19. **Somente serão aceitos os alimentos que, por ocasião da entrega, apresentar (em), no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente para alimentos em que o prazo total for superior a 01 (um) ano e de 90% (noventa por cento) nos alimentos em que o prazo de validade total for inferior a 01(um) ano.**



7.20. Fornece os materiais descritos nos respectivos grupos, com rapidez e eficiência, a fim de atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/SEMTAS e suas dependências, recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de contratações de sustentabilidade ambiental:

7.21. Sustentabilidade

7.21.1. Recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos critérios de contratações de sustentabilidade ambiental;

7.21.2. Que os produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material orgânico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

7.21.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7.21.4. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010.

7.21.5. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

7.22. Da Vedação De Utilização De Marca/Produto

7.22.1. Na presente aquisição não será vedada nenhuma marca/produto desde que atenda as especificações e condições contidas neste Termo de Referência.

7.23. Da Subcontratação

7.23.1. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta aquisição definido neste termo, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontrato.

8. DO LOCAL, PRAZO, FORMA DE ENTREGA DO OBJETO, DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TECNICA

8.1. LOCAL/HORÁRIO

8.1.1. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Municipal Central, situada a **Avenida 15 de Novembro nº 3.332, Bairro 10 de abril, Guajará- Mirim RO – CEP: 76.850-000, no horário das 08:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta feira**, onde será recebido por uma Comissão de Recebimento designada para este fim, para acompanhamento, fiscalização, conferência e recebimento dos referidos materiais.

8.1.2. Prazos de Entrega: O prazo para realização de entrega dos produtos pela Empresa, **não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da nota de empenho juntamente com a ordem de fornecimento e/ou requisição emitida e assinada pelo responsável da Secretaria requisitante;

8.1.3. Os bens deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo referência e no Edital, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

8.1.4. Os MATERIAIS DE CONSUMO, serão recebidos por uma Comissão, que terá, juntamente com o Requisitante, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferirem a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues.

8.1.5. Aceitos os bens, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.



8.1.6. Não aceito o (s) bem (s) entregue (s), a contratada deverá, por sua conta, corrigir, reparar, remover ou substituir qualquer material rejeitado por apresentar defeitos, vícios ou erros. O prazo máximo para isso é de 48 (quarenta e oito) horas corridas, a partir da notificação da contratante.

8.2. Condições/Recebimento/Aceitação:

8.2.1. A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, ou que estiver em desacordo com o disposto neste termo e no edital e seus anexos.

8.2.2. A Comissão de Recebimento DOS MATERIAIS nomeados, fará a conferência da quantidade, qualidade dos produtos entregues.

8.2.3. Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos, se algum material constante na mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

8.2.4. Local de utilização/destinação do MATERIAL DE CONSUMO: Os objetos, ora solicitados, serão utilizados para atender as necessidades da equipe da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEMTAS em relação aos seus usuários.

8.2.5. As propostas devem ser apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos neste documento.

8.2.6. Cada cesta básica deve conter produtos de primeira qualidade, conforme lista básica fornecida pela SEMTAS, incluindo arroz, feijão, açúcar, óleo, macarrão, farinha, leite em pó, café, sal, biscoitos, álcool em gel, sabão, entre outros. Tendo em vista as informações necessárias na proposta:

8.2.6.1. Valor total da cesta básica;

8.2.6.2. Prazo de entrega;

8.2.6.3. Condições de pagamento;

8.2.6.4. Informar se o frete está incluído;

8.2.6.5. Marca e validade dos produtos;

8.2.6.6. Comprovação de registro dos produtos junto aos órgãos competentes (MS, MAPA, ANVISA). Deveram conter as condições gerais das seguintes formas:

8.2.6.7. As cestas deverão ser entregues embaladas em saco transparente resistente;

8.2.6.8. Validade mínima dos produtos: 90 dias;

8.2.6.9. Entregas realizadas conforme cronograma acordado com a SEMTAS;

8.2.6.10. O fornecimento será realizado conforme demanda e de acordo com o orçamento disponível;

8.3. DA GARANTIA

8.3.1 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

8.3.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com os artigos 12,13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990). O dever previsto nesta alínea implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, o produto com avarias ou defeitos.

9. DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas e as normas da Lei 14.133/21, e cada parte responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133/21, art. 117, caput**).

9.6 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.6.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.7 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (**Decreto Municipal nº 15.535/21**).

9.7.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.7.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (**Decreto Municipal nº 15.535/21**).

9.7.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência conforme o caso.

9.8 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.9 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (**Decreto Municipal nº 15.535/21**);

9.11 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º**).



9.11.1 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (**Decreto Municipal nº 15.535/21**).

9.11.2 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (**Decreto Municipal nº 15.535/21**).

9.11.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas determinadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.11.4 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 - RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1.1 - São de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal avaliar através do instrumento de medição os resultados alcançados e os procedimentos de recebimento dos objetos, por Comissão de Recebimento designada para este fim, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

10.1.2 - A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos entregues, conforme a Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento considerando as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Contrato (quando houver), Termo de Referência, Edital e seus anexos.

10.2 - FORMAS DE RECEBIMENTO:

10.2.1 Provisoriamente no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes neste termo de referência; no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após a sua entrega;

10.2.2 Definitivamente no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no termo de referência, e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

10.2.3 Se após o recebimento provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

10.2.4 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da normal utilização dos produtos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

10.2.5 A recusa injustificada da contratada em entregar os materiais no prazo estipulado caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei.

10.3 LIQUIDAÇÃO

10.3.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



10.3.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará cessada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.3.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.3.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.3.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.3.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.3.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.4 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

10.4.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 15.546, de 2024, e seguirá a ordem cronológica.

10.4.2 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

10.4.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

10.4.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.4.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.8 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por



aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR ITEM, em regime aberto/fechado**.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência, o qual é parte integrante do Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, inciso, §§ III, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para a aquisição ou contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários.

HABILITAÇÃO

11.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.4.1 Habilitação jurídica:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;
- c)** Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.
- e)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- f)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- g)** Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador.
- h)** Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

11.4.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a)** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ - O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- c)** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de



1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

11.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.4.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da pessoa jurídica com data de expedição limitada a 90 (noventa) dias.

11.4.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.4.3.3 No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional. Tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei, devidamente **autenticado ou registrado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

11.4.3.4 Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

11.4.3.5 As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, BEM COMO TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, devidamente **autenticado ou registrado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

11.4.3.6 O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o **Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI)** ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no



mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor.

11.4.3.7 As sociedades constituídas, há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura, **devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente**.

11.4.3.8 Os documentos referidos **item 11.4.3.2** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.4.3.9. As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

- a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
- b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

11.4.3.10. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	<i>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</i>
	<i>Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo</i>
SG =	<i>Ativo Total</i>
	<i>Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo</i>
LC =	<i>Ativo Circulante</i>
	<i>Passivo Circulante</i>

11.4.3.11 – Somente serão habilitados os licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo do índice de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, com o **resultado igual ou superior a ($= > 1$)**, calculados de acordo com a aplicação das fórmulas.

11.4.3.12 - A Empresa Licitante que apresentar resultados menor a 1 (um), em qualquer dos índices constantes do **subitem 11.4.3.6** deste Edital, deverá comprovar capital social registrado ou patrimônio líquido **mínimo de 5% (cinco por cento)** do montante da contratação.

11.4.3.13. As empresas de que trata o subitem **11.4.3.2 (balanço de abertura)** ficam dispensadas de apresentar o subitem **11.4.3.10 (Demonstrações Contábeis)**, devendo apenas comprovar capital social registrado de no **mínimo 5% (cinco por cento)** do objeto a ser contratado.

11.4.3.14. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.4.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



11.4.4.1 Atestados de Capacidade Técnica, exclusivamente em nome da empresa **licitante**, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de produtos compatíveis com o objeto da presente licitação, sendo que, os atestados emitidos por **pessoa jurídica de direito privado** deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com a identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte da **DCL/GM**;

11.4.4.2 Declaração Conjunta Unificada (Podendo ser substituída pela Declaração emitida pelo Sistema **LICITANET**).

11.4.4.3 Licença de funcionamento do ano em exercício, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual/Municipal competente.

12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O valor estimado da contratação, é de **R\$ 126.575,40 (cento e vinte e seis mil quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)**, considerando a aquisição de material de consumo.

12.2 A pesquisa de preços foi elaborada pelo Gerente de Cotação, foi realizada uma pesquisa de preços nas plataformas governamentais, contudo nem todos os itens obtiveram cotação suficiente, a administração complementou a pesquisa com consultas diretas a fornecedores locais, considerando preços de mercado, qualidade e adequação técnica dos produtos. As cotações foram analisadas de forma comparativa, priorizando o preço justo e o atendimento eficiente às necessidades do município. A justificativa de preços baseou-se nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a transparência e o uso responsável dos recursos públicos.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Guajará Mirim -RO.

13.2 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Trabalho E Assistência Social/Semtas Projeto
Atividade: 2128 Emenda Parlamentar - Termo De Convênio Nº 708/2024/Pgeseas - Aquisição De Cestas Básicas

PROJETO ATIVIDADE: PROJETO ATIVIDADE: 2002 GESTÃO ADMINISTRATIVA;

FICHA: 409

VALOR: 100.000,00

FICHA: 410

VALOR: 26.575,40

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DE CONTRATO:

Gestor: Adriana Silva Andrade

Fiscal: Maria Eliete da Silva Souza

☒ (X) Gestor/Fiscal de Contrato

☐ () Gestor Contrato

☐ () responsável pela fiscalização



14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1.** Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e no Edital;
- 14.2.** Entregar os objetos de acordo com o especificado no Termo de Referência;
- 14.3.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a administração;
- 14.4.** Manter, durante toda a execução do fornecimento do objeto, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração;
- 14.5.** Informar a Administração a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.
- 14.6.** A entrega será de no máximo **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho de forma integral.
- 14.7.** Fornecer os objetos da licitação, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta.
- 14.8.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.
- 14.9** Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
- 14.10.** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no fornecimento dos objetos.
- 14.11.** O fornecimento deverá ser efetuado mediante nota de empenho, a qual poderá ser entregue via ofício ou e-mail, devendo nesta constar: data, valor unitário do produto, quantidade solicitada, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1.** Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento dos objetos a cargo do licitante vencedor, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e edital.
- 15.2.** Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 15.3.** Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 15.4.** Efetuar o pagamento na forma, nas condições e no prazo previsto neste Termo de Referência.
- 15.5.** Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão.
- 15.6.** Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 15.7.** Permitir o acesso dos empregados do licitante vencedor as suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações.
- 15.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela futura contratada.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:
 - a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 (seis) dias;

2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. Após analisado e autorizado não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar a não entrega do objeto, deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

Guajará Mirim/RO, 31 de março de 2026.

Elaborador por:

Luana Santana Fiuza
Assessora Técnica De Licitação
Decreto N.º 16.911/GAB-PREF/2025

Aprovado por:

Roger Ghalwan Tavares De Souza
Diretor Geral de Licitação
Decreto nº 17.121/GAB-PREF/25



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS E QUANTITATIVO
(Modelo de Proposta de Preço)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES		UNID	QUANT	VALOR UNIT.	TOTAL
1	CESTAS BÁSICAS EMBALADAS EM SACO TRANSPARENTE RESISTENTE. CONSTITUÍDO DOS ELEMENTOS ABAIXO RELACIONADOS, OS QUAIS FORMAM 01 CESTA BÁSICA:		UND	420		
	ITENS QUE COMPÕE A CESTA	MARCA				
	02 pct de Arroz branco agulhinha tipo 1 de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura. Pacote de 5Kg.					
	03 pct de Feijão carioca de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagem de 1kg;					
	03 pct de Açúcar Cristalizado, sacarose de cana- de açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNPA, pacote de 2 kg;					
	03 frascos de Óleo de soja vegetal, comestível de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 900 ml;					
	03 pct de Macarrão espaguete de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 500g;					
	01 kg de Farinha de macaxeira seca ou fina (farinha de mandioca fina) de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 1Kg;					
	02 pct de Leite em pó integral de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens Aluminizada, pacote de 400g;					
	02 kg de Farinha de trigo de 1º qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura embalagem de 1Kg;					
	02 pct de Farinha de milho (flocos) de 1ª qualidade com registro do					



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 500GR;					
02 pct de Café em pó embalado a vácuo puro selo de pureza abic de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 250 g					
01 kg de Sal refinado/iodado para consumo, pct de 1 kg;					
01 pct de Biscoito água e sal (bolacha de água e sal) 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagem 400g;					
01 pct de Biscoito de maisena com (03 pacotes embalados individualmente.) 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 350 g;					
02 latas de Seleta de Legumes em Conserva 170g, (ervilha, batata, cenoura, água e sal), ervilha reidratada, batata, cenoura, salmoura (água e sal) e estabilizante cloreto de cálcio, não contém glúten, pode conter soja, sem glúten.					
02 latas de Sardinha em Óleo 125g com proteínas, ômega-3 e vitaminas essenciais, embalagem de 125g, fácil de armazenar .					
01 pct Castanha do Pará 100g –1 pacote, castanha do Pará ricas em proteínas, fibras, selênio, magnésio, fósforo, zinco e vitaminas do complexo B e E.					
01 frasco de Álcool em gel etílico, 70% p/p (70° inpm), frasco com 500ml, antisséptico, bactericida (>99%) contendo hidratante, espessante e pH neutro, com tampa em rosca e bico dosador. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade e registro do MS/ANVISA					
01 pct de Sabão em pó multição de 500gr: composição, tensoativo aniônico, tensoativo catiônico, coadjuvante, sinergista, tamponantes, branqueador óptico, corantes enzimas, alvejante, carga atenuador de espuma, essência e água;					
01 pct de Papel higiênico branco, folhas simples picotada, de alta qualidade, com a marca do fabricante, indicação de não reciclado, cor e lote do produto. Pacote com 04 unidades de 30m;					
01 pct de Sabão em barra: comum, 200 gramas, testado dermatologicamente, essências diversas, para lavagem de					



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



	roupa e utensílios domésticos. Pacote com 05 unidades.					
VALOR TOTAL DO ITEM R\$ _____ (VALOR POR EXTENSO)						

1. Declaramos que a validade desta proposta é de ____ (_____) dias a contar da data de sua entrega (mínimo 60 dias).
2. Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Declaramos que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
4. Prazo da Aquisição: (), contado a partir da retirada da respectiva Ordem de Fornecimento.
5. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____, e o nosso telefone para contato é _____, fax _____ e e-mail.

Atenciosamente,

Guajará-Mirim, ____ de _____ de _____.

Diretor ou representante legal



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

A _____ (**nome da empresa**) _____, CNPJ/MF Nº _____, sediada _____ (**endereço completo**), telefone para contato (____) _____, e-mail _____. **Declaramos** sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: a Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I – Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estamos sob o **regime de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. (**OBS: Declarar somente quando a empresa se enquadrar no regime MEI, ME ou EPP**).

II - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

III - Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;

IV - Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

V - Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VI - Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

VII - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VIII - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

IX – Sob as penas da Lei e a quem possa interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e atendendo as exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

X – Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021);

XI - Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

XII – Estar ciente, conhecer e entender os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome. Local e Data,

(Responsável legal e assinatura)

* Quando do não envio desta declaração, poderá ser utilizado o relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1.ÁREA REQUISITANTE:

Área requisitante: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/**SEMTAS**

Responsável pela: Laís Selvita Barros Pinheiro de Oliveira

Cargo: Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

2.1 A presente aquisição tem como objetivo garantir o que determina a **Lei nº14.133/2021**, destinando-se a atender as necessidades e demandas visto: que tal solicitação é de suma importância, para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/**SEMTAS**, mostra grande interesse e solicitar a abertura de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para a **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS - TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS**, logo estas aquisições será disponibilizada as famílias de baixa renda e em vulnerabilidade social pode envolver uma rede de interesse recíprocos entre municípios e estados que é de fundamental para maximizar o impacto positivo dessas ações. A **aquisição** e distribuição de **cestas básicas** envolve um ciclo de benefícios mútuos que podem fortalecer a estrutura social, econômica e moral da sociedade. A proposta tem como missão promover e articular ações de defesa e de direitos, prevenções orientações , prestação de serviço e apoio às famílias, através da melhoria de vida da população que se encontram em vulnerabilidade social .O município de Guajará-Mirim , em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência/**SEAS**, buscam interesses em comuns, através do referido projeto de **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS**, tendo como suas prioridades e diretrizes a missão: de diminuir as dificuldades de alimentação das **famílias em vulnerabilidade social** alimentar. Proporcionando as aludidas famílias um meio de alimentação para seu sustento, contribuir para a inclusão social dessas famílias: melhorar a autoestima das famílias e, assim fomentar a sua participação em atividades produtivas que possam contribuir para a melhoria de sua renda familiar; contribuir com as famílias para melhorar ainda mais as tarefas diárias que as realizam com resultados mais efetivos e eficazes.

O projeto pretende adquirir **420 (quatrocentos e vinte) CESTAS BÁSICAS**, conforme **1º ADITIVO TERMO CONVÊNIO TERMO AO DE Nº708/2024/PGE-SEAS**, para o atendimento de **420 famílias, (01 cesta básica por família)** em situações de vulnerabilidade social e em insegurança alimentar do município de Guajará- Mirim/RO cadastradas nos programas sociais do Município. O município de Guajará-Mirim, compreendidas nas zonas

SEMTAS/2026

Av. Mendonça Lima,919, Tamandaré/ E-mail: semtasguajaramirim@gmail.com





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



urbana e rural, assim como, as localidades ribeirinhas e indígenas, e que estão inseridos e inscritos nos programas e projetos sociais. A distribuição das **cestas básicas** contribuirá em muito para diminuir a insegurança alimentar que é de um grande problema das famílias mais pobres, haja vista, que a alimentação insuficiente produz uma deficiência nutricional ou falta de vitaminas necessárias para o desenvolvimento saudável do corpo e da mente. Entre as causas que causam a insegurança alimentar a inflação está ligada ao alto preço dos alimentos e o grande índice de desemprego. O município de Guajará Mirim tendo como prioridade a política pública de combate à insegurança alimentar, e que, a curto prazo são indispensáveis as transferências de renda e a distribuição emergencial de alimentos. O município busca através de parceria com o Estado para que possa conseguir recursos através de emendas parlamentares para que seja adquirida as cestas básicas e atender o máximo de famílias possíveis no município.

O projeto será executado pela **SEMTAS**, através das **PROTEÇÕES SOCIAIS BÁSICA E ESPECIAL**, por meio do **CRAS e CREAS** do município, em atendimento às famílias atendidas. Os resultados esperados a partir da realização deste projeto é o bem-estar, a minimização do risco de insegurança alimentar das famílias em estado de vulnerabilidade e o crescimento econômico das famílias atendidas, que tem como missão primordial promover a dignidade e o bem-estar das **famílias em situação de vulnerabilidade social**. Nesse contexto, as **CESTAS BÁSICAS** tornam-se uma medida indispensável, para garantir o suporte necessário às diversas atividades e programas sociais sob nossa jurisdição. A **AQUISIÇÃO** é fundamental, para atender às necessidades imediatas das famílias assistidas, contribuindo também para a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situações de risco, que irão atender essas famílias de acordo com os critérios:

- Avaliação através do **CADÚNICO**;
- Visita do técnico de referência in loco para conhecimento da realidade das famílias a serem beneficiadas;
- Realização de visitas domiciliares durante a execução do projeto;
- Entrega de uma cesta básica para cada uma das famílias participantes do projeto;

A aquisição de cestas básicas pela (**SEMTAS**) traz uma série de benefícios significativos, que podem ser destacados da seguinte forma:

1. **Segurança Alimentar e Nutricional:** As cestas básicas garantem que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a alimentos essenciais, promovendo a segurança alimentar e ajudando a prevenir a desnutrição.





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



2. **Alívio Imediato:** A distribuição das cestas proporciona alívio imediato às famílias em momentos de crise, permitindo que elas enfrentem situações emergenciais com menos sofrimento e preocupação com a alimentação.
3. **Promoção da Dignidade:** Ao fornecer cestas básicas, a SEMTAS reafirma seu compromisso com a dignidade das pessoas assistidas, garantindo que tenham acesso a recursos básicos e respeitando seu direito à alimentação adequada.
4. **Apoio à Saúde:** Acesso a uma alimentação balanceada contribui para a saúde física e mental das famílias, reduzindo riscos de doenças relacionadas à má nutrição e melhorando a qualidade de vida.
5. **Estímulo à Inclusão Social:** Ações de assistência alimentar promovem a inclusão social ao fornecer suporte a populações vulneráveis, ajudando a combater a exclusão e marginalização.
6. **Fortalecimento da Rede de Proteção:** A aquisição de cestas básicas fortalece a rede de proteção social, colaborando com outros programas e entidades que atuam na assistência e no combate à pobreza.
7. **Facilitação do Acompanhamento Assistencial:** Com a disponibilização de cestas, a SEMTAS pode realizar um acompanhamento mais eficaz das famílias, identificando suas necessidades específicas e promovendo intervenções adequadas.
8. **Fomento à Autonomia:** Ao reduzir a pressão financeira sobre as famílias, a entrega de cestas básicas pode permitir que elas busquem alternativas para melhorar sua situação, como cursos de capacitação e emprego.
9. **Resiliência Comunitária:** A ação fortalece a resiliência das comunidades ao promover um ambiente de solidariedade e cooperação entre os moradores, contribuindo para o fortalecimento do tecido social.

As **CESTAS BÁSICAS** é, portanto, uma ação estratégica para a continuidade dos serviços prestados pela SEMTAS, permitindo que nossa equipe atue de maneira eficaz e sem interrupções. Com os recursos necessários em mãos, seremos capazes de responder prontamente às demandas das famílias carentes, assegurando que cada atendimento seja realizado de forma rápida e digna, com objetivo de Reduzir a Fome e a Insegurança Alimentar: Assegurar que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a alimentos suficientes e de qualidade para atender às suas necessidades nutricionais básicas. Promovendo a Dignidade e o Bem-estar das Famílias, proporcionar apoio emergencial para aliviar o estresse financeiro e melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, garantindo que elas possam viver com dignidade. Apoiar a Saúde e Nutrição: Fornecer alimentos nutritivos que contribuam para a saúde geral das famílias, ajudando a prevenir doenças relacionadas à má

SEMTAS/2026

Av. Mendonça Lima, 919, Tamandaré/ E-mail: semtasguajaramirim@gmail.com





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



nutrição e promovendo o desenvolvimento saudável das crianças. Fortalecer a Coesão Social e a Solidariedade: Promover a solidariedade e o apoio comunitário, incentivando a participação de diferentes setores da sociedade na luta contra a pobreza e a exclusão social. Complementar Políticas Públicas de Assistência Social: Apoiar e complementar as políticas públicas de assistência social, trabalhando em conjunto com governos e outras organizações para atingir um maior número de beneficiários de forma mais eficiente. Estabelecer Parcerias Sustentáveis: Criar e fortalecer parcerias entre empresas, ONGs, governos e comunidades locais para garantir a continuidade e a eficácia das iniciativas de distribuição de cestas básicas.

Esses benefícios tornam a **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS** uma estratégia essencial para o cumprimento da missão desta Secretária e para o efetivo apoio às famílias que mais necessitam de assistência social.

Vale ressaltar que estes alimentos fazem parte da alimentação Nutricional, como também está fundamentada nas diretrizes estabelecidas pelo **Decreto nº 11.936, de 5 de março de 2024**, especialmente no ART. 4º, que define a composição da **CESTA BÁSICA** com alimentos **in natura** ou minimamente processados e ingredientes culinários, que contemplará os seguintes grupos:

- I- Feijões (leguminosas);
- II- Cereais;
- III- Raízes e tubérculos;
- IV- Legumes e tubérculos;
- V- Frutas;
- VI- Castanha e nozes (oleaginosas);
- VII- Carnes e ovos;
- VIII- Leites e queijos;
- IX- Açúcares, sal, óleo e gorduras;
- X- Café, chá mate e especiarias;

Itens e Suas Classificações:

1 Biscoito de Maisena;

Grupo: Cereais Justificativa: Para prevenir a insegurança alimentar das famílias em situações de vulnerabilidades atendidas pela Secretaria.

2 Seleta de Legumes em Conserva (170g);

Grupo: Legumes e verduras Justificativa: A seleta de legumes oferece uma variedade de vegetais, contribuindo para a ingestão de fibras, vitaminas e minerais essenciais, facilitando o acesso a esses alimentos em sua forma prática.

SEMTAS/2026

Av. Mendonça Lima,919, Tamandaré/ E-mail: semtasguajaramirim@gmail.com





3 Sardinha em Óleo (125g)

Grupo: Carnes e ovos Justificativa: Fonte de proteína e ácidos graxos essenciais, a sardinha enriquece a alimentação, sendo uma opção de baixo custo e alta qualidade nutricional.

4 Castanha do Pará (100g).

Grupo: Castanha e nozes (oleaginosas) Justificativa: As castanhas são ricas em gorduras saudáveis, proteínas e micronutrientes, contribuindo para uma dieta equilibrada e saudável.

A **AQUISIÇÃO** desses itens não só respeita as diretrizes do Decreto nº 11.936, mas também assegura que a **CESTA BÁSICA** atenda de forma mais abrangente às necessidades nutricionais da população. Essa diversidade é crucial para promover uma alimentação equilibrada e acessível a todos.

3. DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1 A presente contratação tem como finalidade atender à necessidade urgente e recorrente da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/**SEMTAS**, no tocante à **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS**, destinadas a famílias em situação de **vulnerabilidade social e insegurança alimentar**, devidamente cadastradas nos programas socioassistenciais do município. A contratação se faz necessária para a execução do objeto previsto no **Termo de Convênio nº 708/2024/PGE-SEAS**, sendo, portanto, indispensável à efetivação da política pública de assistência social no município. Dessa forma, a **AQUISIÇÃO** visa suprir a necessidade de proteção social básica da população atendida, sendo medida **temporária, mas essencial**, para enfrentamento das desigualdades e promoção da inclusão social.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A devida aquisição se enquadra na classificação de aquisição comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021 art. 20, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usadas no mercado.

4.2. O Licitante deve proporcionar a entrega das devidas aquisições, para atender necessidades das unidades administrativas que compõem essa Prefeitura do Município de Guajará-Mirim PMGM conforme condições, qualidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento;

4.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17ª 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos produtos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



- 4.5** Manter, durante toda a execução do registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.6.** Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para entrega dos produtos/materiais;
- 4.7. Local/Horários:** Os bens deverão ser entregues no Almojarifado Municipal Central, situada a **Avenida 15 de Novembro nº 3.332, Bairro 10 de abril, Guajará- Mirim RO – CEP: 76.850-000, no horário das 08:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta feira**, onde será recebido por uma Comissão de Recebimento designada para este fim, para acompanhamento, fiscalização, conferência e recebimento dos referidos materiais. Os referidos materiais deverão ser entregues conforme Ordem de Fornecimentos e requisições, na qual serão entregues nas Unidades requisitantes, a nota será paga após o consumo total das requisições.
- 4.8.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste Estudo, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontrato;
- 4.9.** Fornecer os materiais descritos nos respectivos grupos, com rapidez e eficiência;
- 4.10.** Cumprir o objeto da licitação estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- 4.11.** A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas**;
- 4.12.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.
- 4.13** O fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, consoante as condições constantes no termo, obedecer às normas e padrões estabelecidos pela ABNT, e quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras e demais normas e legislação pertinente e em vigência;
- 4.14.** A entrega será de acordo com a quantidade solicitada através da nota de empenho e requisição, conforme necessidades.
- 4.15.** Atender a todas as medidas de segurança necessárias ao transporte e manuseio dos **produtos**;
- 4.16.** Fornece os materiais descritos nos respectivos grupos, com rapidez e eficiência, a fim de atender as necessidades desta **Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência**





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



Social/SEMTAS e suas dependências, recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de contratações de sustentabilidade ambiental:

- que os produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material orgânico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.17. Somente serão aceitos os alimentos que, por ocasião da entrega, apresentar (em), no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente para alimentos em que o prazo total for superior a 01 (um) ano e de 90% (noventa por cento) nos alimentos em que o prazo de validade total for inferior a 01(um) ano.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

5.1. PREGÃO ELETRÔNICO: PREGÃO ELETRÔNICO, para a **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS - TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS**, destinado a atender à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/**SEMTAS**, por meio de seus equipamentos socioassistenciais da proteção social básica e especial, no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social, de modo a minimizar a insegurança alimentar e nutricional. O projeto será executado pela proteção sociais básica e especial, por meio do **CRAS e CREAS** do município, em atendimento às famílias atendidas por esta **SECRETARIA**. A presente solicitação visa dar continuidade às atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/**SEMTAS**, conforme as diretrizes estabelecidas para o atendimento à população. Segue em anexo as documentações, a aquisição foi definida conforme a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
01	Cestas Básicas embaladas em saco transparente resistente. Constituído dos elementos abaixo relacionados, os quais formam 01 (uma) cesta básica: -02 pct de Arroz branco agulhinha tipo 1 de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura. Pacote de 5Kg. -03 pct de Feijão carioca	CESTA BASICA	420

SEMTAS/2026

Av. Mendonça Lima,919, Tamandaré/ E-mail: semtasguajaramirim@gmail.com





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



<p>de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagem de 1kg;</p> <p>-03 pct de Açúcar Cristalizado, sacarose de cana- de açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNPA, pacote de 2 kg;</p> <p>-03 frascos de Óleo de soja vegetal, comestível de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 900 ml;</p> <p>- 03 pct de Macarrão espaguete de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 500g;</p> <p>- 01 kg de Farinha de macaxeira seca ou fina (farinha de mandioca fina) de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 1Kg;</p> <p>-02 pct de Leite em pó integral de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens Aluminizada, pacote de 400g;</p> <p>-02 kg de Farinha de trigo de 1º qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura embalagem de 1Kg;</p> <p>- 02 pct de Farinha de milho (flocos) de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 500GR;</p> <p>- 02 pct de Café em pó embalado a vácuo puro selo de pureza abic de 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 250 g</p> <p>-01 kg de Sal refinado/iodado para consumo, pct de 1 kg;</p>		
--	--	--





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



<p>-01 pct de Biscoito água e sal (bolacha de água e sal) 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagem 400g;</p> <p>- 01 pct de Biscoito de maisena com (03 pacotes embalados individualmente.) 1ª qualidade com registro do ministério da saúde ou agricultura em embalagens de 350 g;</p> <p>-02 latas de Seleta de Legumes em Conserva 170g, (ervilha, batata, cenoura, água e sal), ervilha reidratada, batata, cenoura, salmoura (água e sal) e estabilizante cloreto de cálcio, não contém glúten, pode conter soja, sem glúten.</p> <p>-02 latas de Sardinha em Óleo 125g com proteínas, ômega-3 e vitaminas essenciais, embalagem de 125g, fácil de armazenar</p> <p>- 01 pct Castanha do Pará 100g –1 pacote, castanha do Pará ricas em proteínas, fibras, selênio, magnésio, fósforo, zinco e vitaminas do complexo B e E.</p> <p>-01 frasco de Álcool em gel etílico, 70% p/p (70º inpm), frasco com 500ml, antisséptico, bactericida (>99%) contendo hidratante, espessante e pH neutro, com tampa em rosca e bico dosador. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade e registro do MS/ANVISA</p> <p>-01 pct de Sabão em pó multiação de 500gr: composição, tensoativo aniônico, tensoativo catiônico, coadjuvante, sinergista, tamponantes, branqueador óptico, corantes enzimas, alvejante, carga atenuador de espuma, essência e água;</p> <p>-01 pct de Papel higiênico branco, folhas simples picotada, de alta qualidade, com a marca do fabricante, indicação de não reciclado, cor e lote do produto. Pacote com 04 unidades de 30m;</p>		
---	--	--

SEMTAS/2026

Av. Mendonça Lima,919, Tamandaré/ E-mail: semtasguajaramirim@gmail.com





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



	-01 pct de Sabão em barra: comum, 200 gramas, testado dermatologicamente, essências diversas, para lavagem de roupa e utensílios domésticos. Pacote com 05 unidades.		
--	--	--	--

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

6.1 No mercado há muitos fornecedores consolidados para a aquisição do referido material. Para a elaboração deste ETP, visando ao levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo e solução a contratar, observou-se que no mercado ofertante há uma demanda de empresas que podem participar no certame, otimizando a aquisição;

6.2 O objetivo deste levantamento é oferecer uma base sólida para a instrução do processo de contratação pública, pautando-se nos princípios da economicidade, eficácia, eficiência e padronização, com base no preço estimado e em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos. Para tanto, foram consultadas diversas fontes, a fim de obter uma visão abrangente e atualizada do mercado. As informações foram coletadas por meio das seguintes ferramentas e métodos: plataformas oficiais de compras públicas, catálogos de fornecedores; cotações diretas solicitadas a empresas do setor; análise de contratações anteriores realizadas por este órgão; bem como consulta a atas de registro de preços vigentes, tanto internas quanto externas, passíveis de adesão.

6.3 O levantamento de mercado teve como propósito identificar a melhor solução disponível para a aquisição, considerando aspectos econômicos e socioambientais, com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade do fornecimento ao Poder Executivo Municipal.

6.4 Logo a viabilidade da contratação pretendida: recomenda-se a abertura do processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme os dados aqui apresentados.

6.5 Chamada Pública: a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/**SEMTAS**, torna público o interesse na aquisição de **420 (quatrocentos e vinte)** cestas básicas, destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social, através do **TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS**. O objetivo é garantir o atendimento alimentar emergencial às famílias cadastradas nos programas sociais do município, nas áreas urbana, rural, ribeirinhas e indígenas, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dessas famílias.

Cada cesta básica deve conter produtos de primeira qualidade, conforme lista básica fornecida pela SEMTAS, incluindo arroz, feijão, açúcar, óleo, macarrão, farinha, leite em pó, café, sal, biscoitos, álcool em gel, sabão, entre outros. Tendo em vista as informações necessárias na proposta:

SEMTAS/2026

Av. Mendonça Lima,919, Tamandaré/ E-mail: semtasguajaramirim@gmail.com





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



- Valor total da cesta básica;
- Prazo de entrega;
- Condições de pagamento;
- Informar se o frete está incluído;
- Marca e validade dos produtos;
- Comprovação de registro dos produtos junto aos órgãos competentes (MS, MAPA, ANVISA).

Deveram conter as condições gerais das seguintes formas:

- As cestas deverão ser entregues embaladas em saco transparente resistente;
- Validade mínima dos produtos: 90 dias;
- Entregas realizadas conforme cronograma acordado com a **SEMTAS**;
- O fornecimento será realizado conforme demanda e de acordo com o orçamento disponível;
- Esta Chamada Pública tem caráter informativo para levantamento de preços, não vinculando a **SEMTAS** a qualquer compromisso de contratação.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Valor a ser estimado para a Contratação ~~era~~ de R\$ **110.000,00** (cento e dez mil reais), entretanto, o **Valor Estimado para a CONTRATAÇÃO atual é de R\$ 126.575,40 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)**. Ressalta-se que, em decorrência de atualização realizada pelo setor de cotação, houve um acréscimo na contrapartida financeira a ser assumida pelo município, o que impactou diretamente na composição final do valor apresentado.

Destaca-se que tal atualização se fundamenta na necessidade de adequação aos preços praticados no mercado, garantindo maior precisão orçamentária e conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência na gestão dos recursos públicos. Dessa forma, o valor estimado reflete as condições atuais levantadas por meio de pesquisa de preços, assegurando maior confiabilidade ao processo de contratação.

7.2 A pesquisa de preços foi realizada com base em consulta a site de domínio amplo, conforme orientações previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas boas práticas de planejamento das contratações públicas.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO:

8.1 Solução proposta consiste na aquisição e distribuição de 420 cestas básicas para atender famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar no município de Guajará-Mirim/RO. A ação será realizada pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/**SEMTAS**, com apoio do Governo do Estado de Rondônia, por meio **AQUISIÇÃO DE**

SEMTAS/2026

Av. Mendonça Lima,919, Tamandaré/ E-mail: semtasguajaramirim@gmail.com





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS. As cestas básicas serão compostas por alimentos essenciais, seguindo as diretrizes nutricionais do Decreto nº 11.936/2024, e serão entregues às famílias previamente cadastradas nos programas sociais do município, com acompanhamento do **CRAS e CREAS**. O objetivo principal é reduzir a fome, garantir a segurança alimentar e promover a dignidade das famílias atendidas, oferecendo um suporte emergencial e humanitário.

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

9.1. A AQUISIÇÃO, será **PARCELADO** conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social/**SEMTAS**, com os pagamentos sendo realizados de acordo com o que está previsto no **Plano de Trabalho** da **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS** com a execução e conforme as ordens de fornecimento. O parcelamento se justifica pela variação nas necessidades, sendo, portanto, essa a opção mais vantajosa para esta **SECRETARIA**.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

10.1 Atender 420 famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar no município de Guajará-Mirim/RO.

10.2 Garantir o acesso a alimentos básicos e nutritivos, promovendo a segurança alimentar e a melhoria da saúde das famílias atendidas.

10.3 Reduzir os impactos da fome, oferecendo apoio emergencial e imediato às famílias em situação de risco social.

10.4 Fortalecer a rede de assistência social, com atuação conjunta da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social/**SEMTAS**, e suas dependências **CRAS e CREAS**.

10.5 Promover a dignidade e o bem-estar das famílias beneficiadas, valorizando o direito à alimentação.

10.6 Ampliar o alcance das políticas públicas, incluindo zonas urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas.

10.7 Contribuir para a inclusão social, incentivando a participação das famílias em programas de apoio e geração de renda.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

11.1. Monitorar os níveis de estoque;

11.2. Verificar o local para armazenagem dos itens a serem adquiridos;

11.3. Definição de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;

11.4. Definição de planos de trabalhos com vistas à boa execução do objeto contratado;

11.5. Alinhar a contratação ao PAC e racionalizar o uso dos recursos.

SEMTAS/2026

Av. Mendonça Lima,919, Tamandaré/ E-mail: semtasguajaramirim@gmail.com





11.6 A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas conforme o **Decreto Municipal 15.535/2024**:

Gestor: Adriana Silva Andrade

Fiscal: Maria Eliete da Silva Souza

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES:

12.1. Não se aplica.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Possível impacto ambiental relacionado à contratação pleiteada é a destinação incorreta dos resíduos oriundos das embalagens dos produtos. Após o uso, as embalagens dos itens devem passar por um processo de triagem e, posteriormente, serem destinadas ao serviço de coleta específico.

13.2. Outra categoria de resíduo proveniente das atividades de pré-preparo, preparo e distribuição de alimentos e da limpeza regular das áreas das Unidades são os resíduos orgânicos. Quando não tratados adequadamente, podem causar risco de contaminação, seja pelo favorecimento da proliferação de microrganismos como as bactérias ou pela atração de vetores e pragas. A principal norma relacionada ao manejo e ao descarte de resíduos é a Resolução ANVISA nº 216/2004. Ela determina que os estabelecimentos devem dispor de recipientes identificados e íntegros, de fácil higienização e transporte, em número e capacidade suficientes para conter os resíduos. Ainda, os coletores utilizados para deposição dos resíduos das áreas de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotados de tampas acionadas sem contato manual. O normativo dispõe também que os resíduos devem ser frequentemente coletados e estocados em local fechado e isolado da área de preparação e armazenamento dos alimentos. Isso de modo a evitar focos de contaminação e atração de pragas e vetores urbanos.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

14.1. Os estudos preliminares evidenciaram que **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS**, através de Pregão Eletrônico se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

14.2. Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a Equipe de Planejamento aponta como viável a contratação considerando a essencialidade da demanda, a natureza comum dos itens, a manifesta suficiência de fornecedores no mercado e, pelo fato da solução apontada revelar-se calcada nos normativos que regem a matéria, resguardando assim a imprescindível legalidade e o interesse público.





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMTAS



Guajará-Mirim, 19 de março de 2026.

ELABORADO POR: TAÍNA TAVARES DE OLIVEIRA

AGENTE ADMINISTRATIVO/CLT

PORTARIA N°:164/SEMTAS/2024

APROVADO POR: LAÍS SELVITA BARROS PINHEIRO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO N°.: 16.506/GAB-PREF/2025







Município de Guajará-Mirim

05.893.631/0001-09
Av. XV de Novembro
www.guajaramirim.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar – ETP	CORRIGIDO	19/03/2026

ID: 828729	Processo	Documento
CRC: FB53AFA5		
Processo: 1-2521/2025		
Usuário: TAINA TAVARES DE OLIVEIRA		
Criação: 19/03/2026 15:18:03	Finalização: 19/03/2026 15:20:18	

MD5: 73C4436866CC5EA3829B4F7D90F74801
SHA256: 0AFE903650E593DF3588AC71ECE2C42EA4E99F8ECACC7E8ECDD258A26ED72909

Súmula/Objeto:

AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS-TERMO DE CONVÊNIO Nº 708/2024/PGE-SEAS

INTERESSADOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	GUAJARA-MIRIM	RO	19/03/2026 15:18:03
---------------------------------------	---------------	----	---------------------


ASSUNTOS

PREGÃO ELETRONICO	19/03/2026 15:18:03
-------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	TAINA TAVARES DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO - CLT	19/03/2026 15:20:21
--	---------------------------	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 12.656/2020.

	LAIS SELVITA BARROS PINHEIRO DE OLIVEIRA	SECRETARIO MUN. TRABALHO ASSISTENCIA SOCIAL	19/03/2026 20:36:11
--	--	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 12.656/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.guajaramirim.ro.gov.br informando o ID 828729 e o CRC FB53AFA5.